



Por determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R. a D. S. S. S.

19 maio 17

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 576000
Classificação 051021021 1 1
Data 19/05/2017

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A D. S. S. S. S. para o Conselho
de CI de dia 20.

2017 - 05 - 19
O Presidente da A.R.

A
Sua Excelência o
Presidente da Assembleia da República
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues
Palácio de São Bento

Lisboa, 18 de Maio de 2017

Exmo. Senhor Presidente,

Em anexo remeto a V. Exa. processo de candidatura para o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República da Deputada Maria Teresa da Silva Morais, solicitando a V. Exa. a marcação urgente da sua eleição e da respetiva audição prévia na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Com os melhores cumprimentos, *e este papel*

Luís Montenegro
Presidente do Grupo Parlamentar do PSD



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A
Sua Excelência o
Presidente da Assembleia da República
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues

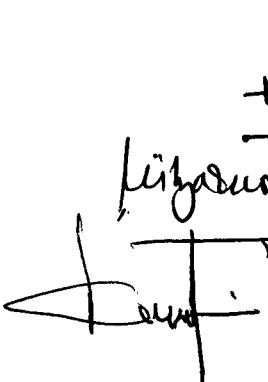
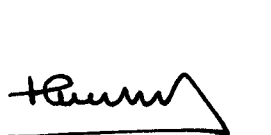
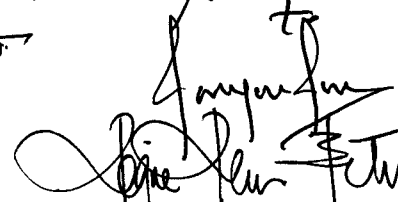
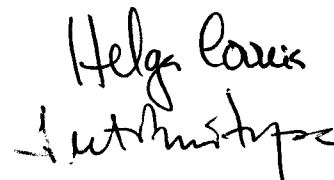
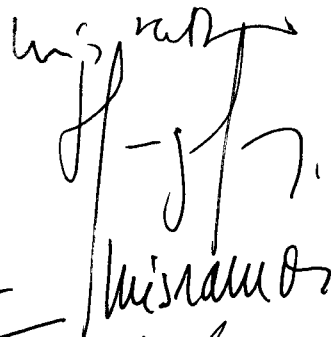
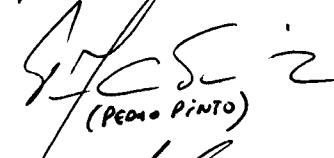

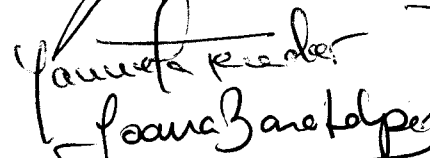

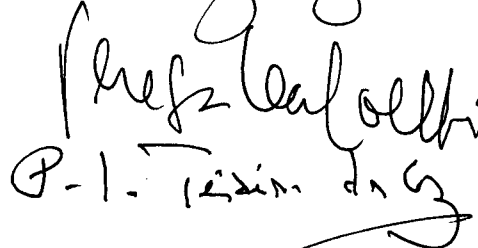

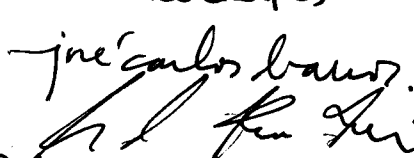

Lisboa, 18 de maio de 2017

Os Deputados abaixo assinados vêm comunicar a Vossa Excelência que decidiram propor para o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa:

Maria Teresa da Silva Morais

Com os melhores cumprimentos,

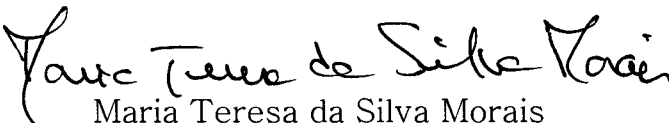
Os Deputados,

DECLARAÇÃO

Maria Teresa da Silva Morais, declara que aceita a candidatura a **Membro do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa.**

Lisboa, 18 de Maio de 2017


Maria Teresa da Silva Morais

Registo de interesses
apresentado por Maria Teresa da Silva Morais
nos termos e para os efeitos previstos no artigo 8º-A da Lei
Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa,
aditado pela Lei 4/2014, de 13 de agosto

1- Nos termos do n.º 1, alínea a) declara como funções e atividades remuneradas e não remuneradas desde o início da sua vida profissional e cívica:

Exercício da advocacia entre 1984 e 1987

Assessora Jurídica da Presidência do Conselho de Ministros no X Governo Constitucional

Técnica Superior do quadro da Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional

Monitora, Assistente e Assistente Convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (com contrato suspenso a seu pedido)

Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada

Professora Auxiliar da Universidade Moderna

Docente do Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais

Membro da Comissão para a Reforma e Reinstalação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (nomeada pelo Secretário de Estado da Cultura (Despacho 41/90, publicado em 13 de março de 1990) (não remunerada)

Bolseira da Comissão Nacional para as Comemorações dos

Descobrimientos Portugueses

Bolseira da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e da Universidade Lusíada

Assessora do Provedor de Justiça (Despacho 7267/ 2005, publicado em 7 de abril) e mais tarde Adjunta do Provedor de Justiça (Despacho 18 197/2005, publicado em 23 de agosto de 2005), responsável pela Área de Projeto da Provedoria de Justiça

Participação em programas de comentário político (remuneração pontual)

Membro do Senado da Universidade de Lisboa (não remunerada)

Membro da Assembleia de Representantes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (não remunerada)

Membro dos Júris de Exames de Acesso à Faculdade de Direito de Lisboa, bem com das Provas Específicas de Acesso ao Ensino Superior (não remunerada)

Membro Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (não remunerada)

Deputada à Assembleia da República entre 2002-2005 e 2009-2011

Membro do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações da República Portuguesa eleita pela Assembleia da República, em setembro de 2004 (Resolução da Assembleia da República 65/2004, de 15 de outubro de 2004) e em novembro de 2008 (Resolução da Assembleia da República 63/2008, de 11 de dezembro de 2008)

Membro da Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos no âmbito da Lei Tutelar Educativa, eleita pela Assembleia da República eleita pela Assembleia da República em Julho de 2003 (Resolução da Assembleia da República nº 63/2003, de 28 de Julho) e em dezembro de 2009 (Resolução 116/209, de 29 de dezembro) (não remunerada).

Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade no XIX Governo Constitucional

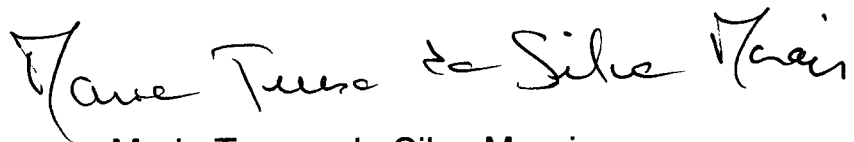
Ministra da Cultura, Igualdade e Cidadania do XX Governo Constitucional

- 2- Nos termos do n.º1 alínea b) relativa a cargos, funções e atividades públicas e privadas a exercer cumulativamente com o mandato declara que exerce o seu mandato de deputada à Assembleia da República em regime de exclusividade de funções.**
- 3- Nos termos do n.º 1 alínea c) declara ser filiada no Partido Social Democrata em que desempenha funções de Vice-presidente da Comissão Política Nacional (não remunerada). Declara que é associada da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas (APMJ) (não remunerada). Declara ainda não participar ou desempenhar quaisquer funções em quaisquer outras entidades.**
- 4- Nos termos do n.º 1 alínea d) nada tem a declarar.**
- 5- Nos termos do n.1 alínea e) declara não receber quaisquer benefícios financeiros ou materiais para o exercício de qualquer atividade em entidades públicas ou privadas nacionais ou estrangeiras.**
- 6- Nos termos do n.º 1 alínea f) declara que todas as entidades a quem foram, no percurso profissional da declarante, prestados serviços remunerados de qualquer natureza**

constam da listagem transcrita na enumeração feita no ponto 1 deste registo.

7- Nos termos do n.º 1 alínea g) declara não dispor de qualquer capital em qualquer sociedade nem por si, nem através do cônjuge ou da filha. A declarante é casada em regime de separação de bens.

Lisboa, 18 de maio de 2015.

A handwritten signature in black ink, written in a cursive style, that reads "Maria Teresa da Silva Morais".

Maria Teresa da Silva Morais

Nota Curricular

Dados pessoais

Nome: Maria Teresa da Silva Morais

Nacionalidade: Portuguesa

Data de Nascimento: 21/07/59

Estado Civil: casada

Curriculum Académico

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa

Admitida a Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Situação profissional atual

Deputada à Assembleia da República em regime de exclusividade de funções

Membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Membro da Comissão de Defesa Nacional (suplente)

Membro da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas (suplente)

Membro da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do XXI Governo Constitucional no que se relaciona com a nomeação e a demissão da Administração do Dr. António Domingues (suplente)

Membro da Delegação Portuguesa à União Inter-Parlamentar onde integra a Comissão Democracia e Direitos Humanos, o Fórum das Mulheres Parlamentares e o Conselho Diretivo

Membro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal - Estados Unidos da América

Membro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal - Reino Unido

Cargos públicos anteriormente desempenhados

Ministra da Cultura, Igualdade e Cidadania do XX Governo Constitucional

Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade no XIX Governo Constitucional

Deputada à Assembleia da República entre 2002-2005 e 2009-2011, em ambas as legislaturas, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD com responsabilidade na coordenação de matérias da competência da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Presidente da Subcomissão Parlamentar de Justiça e Assuntos Prisionais (2002-2005)

Presidente da Subcomissão de Igualdade da Assembleia da República (2009-2011)

Foi, nas legislaturas supra mencionadas, membro das seguintes Comissões, Grupos e Delegações Parlamentares:

- Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
- Comissão Parlamentar de Defesa Nacional
- Comissão Eventual de Acompanhamento da Corrupção
- Comissão Eventual para a Revisão Constitucional
- Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Estados Unidos da América
- Grupo Parlamentar Português para a População e Desenvolvimento
- Delegação Parlamentar Portuguesa à Assembleia Parlamentar da N.A.T.O, em que integrou a Comissão Sobre a Dimensão Civil da Segurança

Foi eleita pela Assembleia da República para os seguintes órgãos:

- Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações da República Portuguesa eleita pela Assembleia da República, em setembro de 2004 (Resolução da Assembleia da República nº 65/2004, de 15 de outubro) e em novembro de 2008 (Resolução da Assembleia da República nº 63/2008, de 11 de dezembro)

- Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos no âmbito da Lei Tutelar Educativa, eleita pela Assembleia da República em Julho de 2003 (Resolução da Assembleia da República nº 63/2003, de 28 de Julho) e em Dezembro de 2009 (Resolução da Assembleia da República nº 116/2009, de 29 de dezembro)

Curriculum Profissional

Exercício da advocacia entre 1984 e 1987

Assessora Jurídica da Presidência do Conselho de Ministros no X Governo Constitucional

Técnica Superior do quadro da Secretaria-geral do Ministério da Defesa Nacional

Assistente e mais tarde Assistente convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada

Professora Auxiliar da Universidade Moderna

Docente do Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais

Membro da Comissão para a Reforma e Reinstalação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nomeada pelo Secretário de Estado da Cultura (Despacho nº 41/1990,

publicado em 13 de março de 1990)

Bolseira da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

Bolseira da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e da Universidade Lusíada

Assessora do Provedor de Justiça (Despacho nº 7267/2005, publicado em 07 de abril) e mais tarde Adjunta do Provedor de Justiça (Despacho nº 18197/2005, publicado em 23 de agosto), responsável pela Área de Projeto da Provedoria de Justiça.

Cargos e funções decorrentes da atividade académica

Foi membro:

- do Senado da Universidade de Lisboa
- da Assembleia de Representantes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- dos Júris de Exames de Acesso à Faculdade de Direito de Lisboa, bem com das Provas Específicas de Acesso ao Ensino Superior
- do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Trabalhos de investigações e publicações

É autora de monografias e artigos inseridos em publicações periódicas em matérias do âmbito das ciências histórico-jurídicas e dos direitos fundamentais.

Lisboa, 18 de maio de 2017.

